

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA

MORAES\*, Antônio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil. Território Colonial Brasileiro no "Longo" Século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

Anselmo ALFREDO<sup>1</sup>

O complexo período colonial brasileiro, com profundas particularidades e extensa dilatação temporal, do ponto de vista da escala de nossa história civilizatória, certamente conquistou, com *Bases da Formação Territorial do Brasil*, uma interpretação geográfica atualizada. Sem uma preocupação em fechar tão conturbada realidade nos estritos limites da disciplina, Antônio Carlos Robert Moraes nos traz a certeza de que não só o presente, mas o nosso próprio processo de formação territorial — que não coincide com todo o período colonial é bem verdade — não comporta uma interpretação preocupada com a Totalidade se não se considerar categorias próprias da Geografia como *espaço, território e lugar*. Em outras palavras, em *Bases da Formação Territorial do Brasil (BFTB)* o próprio tempo deixa de se colocar como uma categoria independente do espaço.

Neste sentido, processos gerais, poderíamos precisar, ligados ao desenvolvimento das relações mundializadas, encontram terreno firme de realização particularizadora exatamente no conjunto das realidades coloniais. Isto quer dizer, pensando o mesmo pela contramão, que a colônia apresenta-se como o meio de realização do não-colonial. Há, assim, um sentido de

---

\* Professor Livre Docente do Departamento de Geografia, FFLCH-USP.

<sup>1</sup> Doutorando junto à pós-graduação em Geografia Humana, FFLCH-USP.

totalidade que percorre todos os momentos da exposição de *BFTB*. A compreensão interna da colônia só faz sentido se inserida no contexto metropolitano. Não há exacerbação nem do interno nem do externo, mas uma compreensão desta relação que resulta no próprio desenrolar do processo histórico e territorial brasileiro.

Daí a importância que toma a preocupação conceitual em *BFTB*, na medida que tais conceitos são profundamente imersos num movimento contextual, ou seja, não se trata de conceitos imóveis, mas pelo contrário, que contribuem para compreender o *mobili* do processo analisado. O espaço, portanto, aparece como formas que ganham *valor* a partir de processos sociais específicos. Estes é que atribuem *valor* ao espaço num determinado contexto histórico, cujo resultado é a criação de formas espaciais específicas. Este processo gerador de formas desenvolve qualidades próprias que são atributos de um dado espaço e não de outro de modo que através dele atinge-se a categoria de *lugar*.

“Tais formas — que expressam uma quantidade de valor (trabalho morto) incorporado ao solo — substantivam na paisagem (congelam, em certo sentido) relações sociais específicas, tornando-se qualidades dos lugares.” (p.16)

A categoria de *território* ganha sentido na medida que a partir da noção de espaço passa a ser a empiricização de um processo que permaneceria num discurso genérico se se mantivesse nos estritos limites da noção espacial. Esta última apresenta-se, enfim, como mediação necessária para a realização da primeira. O *território* apreende o processo na sua plenitude graças ao envolvimento desta categoria às representações, aos discursos e consciências. Por outro lado, ele apresenta-se como algo que permanece resultado de um processo anterior, é permanência, ou seja, não se trata de uma categoria *a priori*. É, enfim, o *prático - inerte*, num confesso tributo do autor ao geógrafo Milton Santos. Daí a possibilidade de se apreender a história a partir do *território*, porque este ganha o *status* tanto de categoria analítica como de processo material e empírico. Isto, certamente, se se lhe atribui a devida carga política, pois que refere-se, o

território, ao plano das estratégias de domínio, constituição e afirmação do Estado soberano. As *BFTB* são, portanto, assumidamente uma interpretação econômica sem se desconsiderar o devido peso político de nosso processo de formação. Esta, talvez, seja uma das importantes centralidades da categoria basilar da obra.

A expansão das relações mundializadas realizam-se no Brasil, portanto, como um processo de dominação do solo, num momento que o sistema colonial oriental encontra-se em crise. Sendo assim, a constituição da colônia brasileira estabelece-se como um processo de afirmação territorial portuguesa. É a preocupação em inserir a colônia brasileira dentro deste panorama geral a bem sucedida tentativa das três primeiras partes de *BFTB*.

Contudo, a formação colonial só aparece compreensível quando permeada por uma racionalidade geral cujo centro difusor é a Europa. Em outras palavras, a obra busca desvendar como que a expansão imperial ibérica assenta-se num pressuposto econômico-político que é a dominação territorial a possibilitar a acumulação primitiva. Enfim, *BFTB* evidencia que o período de expansão colonial ibérica coincide como um momento de um processo maior que é a formação da economia mundo capitalista.

Se o sentido inicial do que irá realizar-se como território brasileiro passa a ser apenas uma redução das dificuldades de navegação para as rotas anteriores à descoberta, ou seja, se o Brasil acaba, inicialmente, apenas confirmando o que já estava estabelecido, a crise no comércio oriental, impõe à Portugal uma ocupação produtiva à colônia americana. Por isso mesmo, a colônia portuguesa, diferentemente da Espanhola, irá consumir-se como uma ocupação e dominação por sobre o solo, posto que o escambo, a partir da década de 30 do primeiro século, não mais suprirá as demandas da acumulação necessária para a formação do capitalismo não só português como europeu.

A análise colonial sob o plano teórico da acumulação primitiva revela uma profunda divisão internacional do trabalho pautada pela hierarquização

dos espaços que se dá tanto na relação metrópole — colônia como é reflexo de uma divisão intra-européia.

“A formação de um território tem sempre em sua gênese um processo de expansão de uma sociedade. A formação territorial pode mesmo ser definida como movimento de um grupo social que se expande no espaço e, nesse ato, passa a controlar porções do planeta que são integradas ao seu território. A particularidade européia no longo século XVI está em vivenciar um múltiplo e integrado processo de expansão, que associa formações territoriais díspares.”

“A mesma dinâmica que mundializa o horizonte geográfico europeu revoluciona o ordenamento interno dos espaços do continente. O expansionismo é — e de forma conjugada — **interno e externo à Europa...**” (p. 50) [grifo meu]

Segundo o próprio autor trata-se de um movimento pluriescalar, espacialmente desigual, mas *combinado* (p.51). Isto quer dizer que, do ponto de vista do método, a colônia brasileira comporta a totalidade tanto espacial, histórica como também implica no devir — visto que é momento da formação econômico capitalista. Totalidade esta permeada pela formação territorial.

A condição *sine qua non* para tal realização, como já dissemos, é o domínio sobre o solo que em nosso caso coincide com uma política imperial por sobre as culturas indígenas. Trata-se de um momento quando prevalece a política da *conquista*, onde a ação colonizadora através das feitorias firmava-se *como uma iniciativa ainda tímida diante da magnitude do espaço ambicionado*. (p.269)

A política indigenista aparece em *BFTB* não só como uma conquista por sobre os territórios indígenas, mas também como um combate contra outras nações européias que, bem relacionadas com as nações autóctones ao longo da costa, firmavam-se como metrópoles autônomas no interior da colônia portuguesa.

É neste duplo aspecto que a problemática indígena aparece como afirmação do processo de territorialização dos domínios portugueses sobre o continente americano, donde as expedições punitivas às nações europeias “intrusas” e as de escravização indígena são evidências deste contexto maior. Isto porque, como dissemos, o Brasil, do ponto de vista português, coloca-se como um espaço não exclusivamente explorável, mas também, e principalmente, produtivo, graças à demora para se descobrir minas rentáveis.

“Além das riquezas minerais, o apresamento do gentio também começa a emergir como móvel dessas incursões, pelo fato de que se expandiu a demanda de braços com a consolidação das plantações.” (p.303)

Sendo assim, *BFTB* mostra como o território luso brasileiro firma-se aos poucos, com descontinuidades e a partir de centros difusores, quais sejam Pernambuco, Bahia e São Paulo. Sendo que este último caracteriza-se por levar aos sertões mais longínquos, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, a presença da força expansiva através da submissão ou mesmo arrasamento das populações autóctones. E isto se dá tanto a partir de interesses da metrópole como de necessidades internamente produzidas pela própria colônia. É a partir destes três centros irradiadores que se estabelecerão as bases para a formação do território brasileiro. Irradiação que se estimula ao longo dos 80 anos de união ibérica, visto que as tensões entre as fronteiras hispânicas e portuguesas tornam-se difusas.

A dinâmica geral, realizada através da formação colonial, caracteriza-se como uma constante busca de afirmação da soberania lusitana por sobre a América. De um ponto de vista mais geral, isto é, levando em consideração todas as realidades coloniais portuguesas, trata-se de uma afirmação de poder imperial cujo início coincide com o das grandes navegações. Porém, *BFTB* mostra-nos como tal poder vai, ao longo do período em questão, cristalizar-se justamente no continente americano. Sendo assim, dentre outras características próprias analisadas, a colônia brasileira cristaliza tal poder no momento em que estão dadas as Bases da Formação de nosso território, que é ao mesmo tempo soberania lusitana e condição para a

algarismos arábicos tanto no corpo do texto como na legenda. Os originais das ilustrações e tabelas (papel e arquivo) com os respectivos títulos e legendas devem ser enviados separados do texto em papel vegetal ou em papel branco e ter dimensões máxima de 11 X 17cm. Não serão aceitas cópias xerográficas. Indicar no texto a posição de inserção das ilustrações e tabelas.

5. Solicitamos a seguinte forma para a bibliografia:

BIONDI, J.C. Kimberlitos. In: CONGRESSO BRAS. GEOLOGIA. 32. Salvador, 1982. *Anais...* Salvador: SBG, 1982. v.2, p.452-464.

LACOSTE, A. & SALANON, R. *Biogeografia*. 2a. ed. Barcelona: Dikos/Tau, S.A. Ediciones, 1973. 271 p.

SÃO PAULO, Instituto Geográfico e Geológico. *Mapa Geológico do Estado de São Paulo* - escala 1:1.000.000. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1975.

SCARIN, Paulo Cesar. Crítica à apologia dos objetos. In: *GEOUSP, Espaço e Tempo. Revista de pós-graduação do departamento de Geografia, FFLCH-USP*. São Paulo, n.5, p.57-60. 1999.

Isto permite a referência bibliográfica e a indicação da fonte de citação ao longo do texto, na seguinte forma: (BIONDI, 1982: p. 457) ou (LACOSTE/SALANON, 1973: p. 86).

6. Os trabalhos para publicação deverão ser remetidos à:

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS / Seção São Paulo  
a/c Coordenação de Publicações - Boletim Paulista de Geografia  
Caixa Postal 64.525 CEP: 05402-970  
SÃO PAULO - SP  
Brasil

## ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

A AGB tem por objetivo:

- a) Promover o desenvolvimento da Geografia, pesquisando e divulgando assuntos geográficos, principalmente brasileiros.
- b) Estimular o estudo e o ensino da Geografia, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento.
- c) Promover e manter publicações de interesse Geográfico, periódicas ou não.
- d) Manter intercâmbio e colaboração com outras entidades dedicadas à pesquisa geográfica ou de interesse correlato, ou ainda à sua aplicação, visando o conhecimento da realidade brasileira.
- e) Organizar e manter atualizado um cadastro de seus associados, com seus currículos e realizações no âmbito da ciência geográfica.
- f) Propugnar pela maior compreensão e mais estrita colaboração com os profissionais e estudantes de disciplinas afins.
- g) Analisar atos dos setores públicos ou privado que interessam e envolvam a ciência geográfica, os geógrafos e as instituições de ensino e pesquisa de Geografia, e manifestar-se a respeito.
- h) Congregar os geógrafos, professores, estudantes de Geografia e demais interessados, para defesa e prestígio da classe e da profissão.
- i) Promover encontros, congressos, exposições, conferências, simpósios, cursos e debates, bem como o intercâmbio profissional, mantendo contato com entidades congêneres e afins, no Brasil e no estrangeiro, de modo a favorecer a troca de observações e experiências entre seus associados.
- j) Representar o pensamento de seus sócios, junto aos poderes públicos e às entidades de classe, culturais ou técnicas.

### ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

Sede da Seção Local São Paulo:

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 Prédio da História/Geografia  
Cidade Universitária USP - São Paulo - SP - BRASIL Fone: (11) 3818-3758  
[www.agb-sp.com.br](http://www.agb-sp.com.br) / Correio eletrônico: [agbspaulo@mailcity.com](mailto:agbspaulo@mailcity.com)

Endereço para correspondência:

Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção São Paulo  
Caixa Postal 64525 CEP 05402-970 - São Paulo - SP - Brasil

